

Guerra às Drogas e Letalidade do Sistema Penal

Professor Eugenio Raúl Zaffaroni

Ministro da Corte Suprema de Justiça da Argentina

Queridos amigos e amigas. Queridos membros da mesa. Muito obrigado pelo convite. Muito obrigado pelas palavras. Eu acho que para não desiludir o público, o melhor que eu poderia fazer agora seria ir embora. Isso cairia mal; então, não há outra solução a não ser ficar. Sabendo, no entanto, que, diante de tantos elogios, de tudo que falaram aqui sobre mim, fica difícil que eu mesmo me reconheça; acho que convidaram outra pessoa; confundiram a pessoa – é um erro de identidade.

Falar sobre drogas: é um tema que precisa ser sistematizado. Droga é uma palavra criada pela proibição. Na realidade, o que existe são tóxicos. Tóxicos: alguns deles são proibidos e justamente esses que são proibidos se chamam drogas. Temos tóxicos de uso comum. O tóxico que causa mais mortes no mundo é o álcool; não só pelo uso, abuso ou dependência, mas também porque é o tóxico mais criminógeno. Os outros tóxicos proibidos realmente causam mortes, mas não tanto pelo uso, pelo abuso ou pela dependência, mas pela proibição.

A proibição causa mais mortes do que a cocaína. Quantos anos teriam sido necessários para que o México tivesse quarenta mil mortos por overdose de cocaína? Acho que quase um século. No entanto, em quase cinco anos, o México teve quarenta mil ou sessenta mil mortos, decapitados, castrados. Horrível.

A problemática criada pela proibição da droga está no centro da problemática do poder punitivo, do sistema penal. Está no centro e se espalha, estoura em múltiplos subtemas, subproblemas que no fundo são os grandes problemas existentes no sistema penal, no poder punitivo. Primeiro problema: a discriminação. A proibição na origem se deu nos Estados Unidos; começou há um século, dali se espalhando. Sua origem, por sinal, é racista. O primeiro tóxico proibido foi a maconha, antes que o ópio; sem dúvida o ópio é pior para a saúde, muito mais perigoso. A maconha foi proibida antes por causa dos imigrantes mexicanos, pela imigra-

ção mexicana. Aquele grupo republicano, reacionário, fundador, que acha que eram descendentes do *Mayflower*, os donos da cultura americana, aquele grupo branco, reafirmava a supremacia deles, a hegemonia deles, a hegemonia cultural, rejeitando e punindo os grupos imigrantes: primeiro os mexicanos; depois foram os italianos, os poloneses, o grupo do sul da Europa, da Europa católica, da Europa luterana, os alemães também, a cultura do álcool. As nossas culturas não são puritanas; na nossa cultura a virtude está na moderação e não na abstinência. Para os puritanos, para aqueles do *Mayflower*, é a abstinência. Então, ali temos um primeiro problema, as proibições não baseadas em saúde pública, baseadas em preconceito, ou seja, fundamentalmente raciais.

O segundo problema que temos é econômico; isso não é brincadeira. Estamos falando em dois grandes tóxicos proibidos, o ópio, que não conheço muito bem, e a cocaína, que é nosso problema econômico sério. Temos economias complementares, temos uma divisão internacional do trabalho muito bem feita. Os Estados Unidos tiveram a experiência da proibição do álcool, que não foi uma lei, foi uma reforma da Constituição que tiveram que fazer. A proibição do álcool trouxe para eles grandes problemas. Um dos maiores foi a criação de uma mistura de criminalidade violenta com criminalidade inteligente, que eram as máfias criadas na luta daqueles anos doidos. Todos nós sabemos que a proibição com uma demanda rígida é uma maneira econômica nova de fabricar ouro, é uma alquimia nova. Com uma demanda rígida, qualquer porcaria que seja proibida vai subir o preço; cria-se ouro. Se a distribuição do trabalho é feita com países subdesenvolvidos onde existe mão de obra barata, logo disponível, cria-se uma economia de sobrevivência violenta, necessariamente. Isso é o que está acontecendo dramaticamente com o nosso querido México. A produção de cocaína não se faz no território dos Estados Unidos. O tóxico é produzido fora do território. A luta por atingir o mercado consumidor é feita fora do território norte-americano. Os Estados Unidos vendem armas àquelas que estão lutando, fora do território, para atingir o território. Segundo negócio: a renda do tráfico internacional não é sobre o preço da cocaína, porque a cocaína é barata, mas pelo preço dos serviços de distribuição. É sobre o preço de um serviço, não da coisa em si. A mais-valia onde fica? 40% ou menos ficam até chegar ao mercado consumidor e 60% da mais-valia, da renda do tráfico, desse serviço ilícito, ficam no mercado consumidor, na distribuição interna do mercado consumidor. Então, o negócio não poderia

ser melhor. Só o que há no interior dos Estados Unidos é uma rede de distribuição muito bem abrigada, fazendo com que 60% da renda fique no interior dos Estados Unidos. O México fica com 40%, que tem de distribuir também com a Colômbia, e uns 40 a 50 mil mortos. Os Estados Unidos completam o negócio com o monopólio da lavagem através de uma organização internacional que impõe leis contra o terrorismo. Se você não impõe uma lei contra o terrorismo, vou classificar você como um sujeito que não está lutando suficientemente contra o terrorismo; então vou dificultar todas as suas transações internacionais. Tem um organismo internacional que faz isso; sem atribuições, mas faz isso.

Eis a grande distribuição do trabalho na cocaína que temos agora. Esse é o grande drama que está vivendo o México. Aquela frase atribuída ao ditador Porfirio Díaz “Coitado do México – tão longe de Deus e tão perto dos Estados Unidos”.

Qual é a situação da Argentina? A Argentina felizmente não está perto dos Estados Unidos. A história começou nos anos 1970. No final dos anos 1970, um grupo de ultradireita no poder, um grupo que se chamou “Aliança Anticomunista Argentina” era liderado por um sujeito que acabou depois em um presídio e foi ministro da última administração da viúva de Perón. Começou a modificação do subversivo para o tóxico-dependente, principalmente, aquele que fumava maconha. Porque o subversivo fumaria maconha? Nunca ficou claro. Este estereótipo criado naquele tempo foi o estereótipo que durou ao longo da ditadura, durante toda a nossa ditadura.

Tivemos várias leis, que foram mudando as leis segundo a pressão que faziam os Estados Unidos. Finalmente, hoje temos uma lei, bastante irracional como todas, mas, felizmente, a punição do consumidor na lei atual é baixa, e a Corte Suprema declarou que a punição do consumidor, que a punição da posse para o próprio consumo é inconstitucional. De qualquer jeito, isso é uma decisão da Corte Suprema, mas como a lei continua vigente, a polícia continua fazendo o que não deve fazer, perseguindo os consumidores. Então, faz todo um trabalho burocrático que não tem importância nenhuma, enchendo de papéis todas as varas criminais e depois esses papéis são jogados fora, porque prescrevem as penas. Quando na Corte Suprema tivemos que escolher uma causa que não estivesse prescrita para discutir a inconstitucionalidade, tivemos que escolher entre cinco, porque todas as outras estavam prescritas. Tudo que fazem não

serve para nada. Prevenção de nada, absolutamente de nada. É um gasto público, o orçamento está comprometido, temos milhões e milhões de horas de trabalho, de funcionários, tudo isso para nada.

Na realidade, o que temos é uma difusão da cocaína, na qual temos usuários, como acontece com todos os tóxicos. Temos alguns que abusam do tóxico; temos poucos dependentes, mas temos alguns. O grande problema para nós, neste momento, no país, como problema de saúde, é o álcool; este é o grande problema de saúde, não é a cocaína e muito menos a maconha.

Outro grande problema que temos é a droga genocida. Eu não acredito em grandes conspirações internacionais. Se pensarmos que temos uma grande conspiração, um grande poder calculando que façam isso, que façam aquilo, com poder de produzi-lo, isso é falso. Mas, na realidade, produzem-se fenômenos, processos sociais e quando os processos sociais produzidos na realidade são funcionais a determinados interesses, esse processos são fomentados e não são detidos. Um desses processos é o uso da droga genocida. A droga genocida é a última porcaria, que não é entorpecente, é sim veneno. Nós chamamos de “paco” em nosso país; aqui é chamado de “crack”. Quando começamos a pesquisar o que é o “paco” e o que estava acontecendo, observamos o seguinte: ninguém sabia o que era o “paco”; não se tinham análises sobre o “paco”. Este é o último resultado da produção da cocaína. Como vai ser o último resultado da produção da cocaína se não temos laboratórios no país? Não porque a Argentina não seja um país grande. Não temos laboratórios porque a matéria-prima é muito volumosa. Então, não podemos ter laboratórios para produzirmos a matéria-prima. Temos alguns no norte, talvez, mas não suficientes. Então de onde sai isso? Por que isso? Quando fizemos a análise, descobrimos que com 1 kg de cocaína se fazem 1 milhão de doses de “paco”, misturando com qualquer porcaria, veneno de ratos, as coisas mais horríveis – isso é o “paco”. É barato. Vende-se nas favelas, nas nossas favelas, para quem vive na miséria. É usado pelos garotos mais novinhos, com 13 a 18 anos. Produz lesões neurológicas, principalmente no lóbulo frontal, lesões pulmonares, os garotos perdem peso rapidamente, e produz mortes em pouco tempo, em um ou dois anos. São banidos da própria favela. É uma marginalização na marginalização. Quando fomos procura-

dos pelas mães dos garotos, pensamos: o que podemos fazer com isso? Que centros de atenção nós temos? Temos infraestrutura, mas ninguém tinha pesquisado quais eram os centros de saúde para atenção a isso.

Necessitamos de internação compulsória de só uma semana em casos de crise. Ninguém dava ordem de internação compulsória por uma semana em casos de crise, nem os juízes de família porque não entendiam nada. O médico forense não queria ir para a favela. A polícia não sabia o que fazer. Conseguimos os veículos, concentramos os processos, as denúncias, numa vara federal. Conseguimos sequestrar alguns milhões de doses através de uma brigada policial especializada nisso. Imediatamente, houve uma reação dos donos da pequena caixa, porque são máfias de bairro, não são máfias internacionais; não temos cartéis, são máfias locais, do bairro. Contudo, havia contribuição a certas caixas policiais e o resultado disso foi uma campanha contra mim, depois internacional também, foi refletida num papelzinho sujo que vocês têm, que se chama **Revista Veja**, acho que vocês usam no banheiro também.

O que observamos como resultado de tudo isso foi que nos hospitais não existia protocolo de tratamento, porque os garotos são pobres, os garotos são miseráveis. A morte desses garotos não seria parte de um genocídio? Melhor, ficam menos.

Estamos pesquisando homicídios. O levantamento dos homicídios na cidade de Buenos Aires é muito interessante. Temos uma meia-lua violenta de favelas no sul. Ali na favela o índice de homicídios é mais ou menos 17 por 100 mil pessoas. No resto da cidade, o índice é de 3,5 por 100 mil pessoas, ou seja, no resto da cidade temos um índice de homicídio semelhante à Europa ou ao Canadá. Na favela, temos dezessete. A maioria dos homicídios na favela não é investigado; ninguém sabe quem foi, ou seja, estamos tendo mortos de primeira categoria e mortos de segunda categoria. E os mortos de segunda não têm muita importância. Os mortos de primeira saem nos jornais – aqui seria a **Rede Globo**, e lá o **Clarín** –, são notícia de primeiro plano. O senhor que foi morto na garagem, no carro, não sei; esses 3,5 saem no jornal, temos um a cada mês. Esse mês se repetiu a cada dia, então parece que temos trinta a cada mês.

Quais são as causas das mortes na favela? Pelo que temos estudado até agora, é a concorrência entre grupos que lutam entre si. Na grande Buenos Aires, temos mortes policiais. Às vezes, são fatos violentos da polícia, mas outras vezes não. Se a polícia mata, o outro criminalizado mata

o policial. É a resposta. E não mata policial porque esteja matando aquela pessoa do policial. Mata policial porque o identifica com a repressão. O policial é selecionado no mesmo bairro onde mora o criminalizado e tende a andar pelas mesmas ruas, ou no mesmo ônibus. Esse é outro fenômeno que estamos percebendo. E o policial, como o criminalizado, também parece não ter importância. Realmente, quando percebemos isso, temos que pensar um pouco no que está acontecendo. Isso não é um problema do poder punitivo, do sistema penal; é um problema político geral.

Se isolarmos o problema da droga e o problema do poder punitivo, parecerá que estamos todos doidos. O que estamos fazendo com isso é irracional, não tem jeito, é um absurdo. Levamos trinta anos de guerra contra a droga e qual é o resultado da guerra contra a droga? Agora, tudo é branco. Temos difundido o uso da cocaína como jamais visto; e não só temos difundido o uso da cocaína, mas temos criado uma droga genocida, um veneno, que é o “paco”. É um absurdo o que estamos fazendo.

Mas essa perspectiva, naturalmente, não tem racionalidade. A explicação não é essa. A coisa é bem diferente; temos de percebê-la em termos mais amplos. Nós podemos ter uma política geral de redistribuição da renda, ou uma política geral de concentração da renda. No fundo é isso que estamos a discutir. Parece que isso está longe do problema, mas não está longe do problema; é sim a parte medular do problema. Se vamos fazer uma política de redistribuição da renda, isso vai perturbar os setores que querem reter a concentração da renda. Isso é claro. Aqueles setores que querem reter a concentração da renda vão resistir a toda política de redistribuição e o grande instrumento para resistir a essa política é o aparelho punitivo, que não é só policial; é judiciário, é doutrinário, é o que falamos nas faculdades, é o que fazem os juízes, é o que faz o Ministério Público. Todo aparelho punitivo é feito por um grupo hegemônico num momento histórico, num certo momento, e quando vem outro grupo que vai lesar os interesses desse grupo que detém a concentração da renda, o aparelho punitivo é um obstáculo, inevitavelmente. É um obstáculo às vezes grande. É um aparelho de concentração da renda. É muito funcional para esse aparelho dificultar a redistribuição da renda através de uma política de controle social muito cruel.

Não estamos no tempo dos czares, não estamos no tempo de Marx – não. Hoje, não temos os cossacos dos czares ao redor da favela. Esse não é o jeito de controlar nesse momento. O jeito de controlar a marginaliza-

ção é fazê-los matar entre eles, criando contradições. O policial mata um bandido, o bandido mata um policial. Matam-se entre eles. Enquanto continuarmos sem redistribuir renda, vamos ter mão de obra para toda essa economia violenta que tem uma função genocida. E se, além disso, jogamos uma droga genocida, muito melhor, é funcional. Não é que alguém esteja criando tudo isso; não é que alguém está deixando isso acontecer porque é bom; não pensem que existe alguém com poder de criar isso. Não é possível. Mas, tem sim o poder de dizer: “Vamos deixar isso ir para frente porque é funcional, está bem, é útil”.

Há um filósofo contemporâneo que está analisando desde a Europa bastante bem o que está acontecendo na nossa região. Fala que os Estados Unidos têm uma política de guerra dupla, uma guerra para fora e uma guerra para o interior. A política reacionária, aquela política do governo Bush, essa política declarou uma guerra interna aos marginalizados das grandes cidades, das grandes concentrações urbanas dos Estados Unidos. Efetivamente, os Estados Unidos foram um país normal, com seu sistema penal com algumas dificuldades, mas normal, até os anos 80 do século passado. O seu sistema penal e os índices de prisonização eram mais ou menos os correntes no mundo. Desde 1980, no entanto, disparou o índice de prisonização. Os Estados Unidos são, hoje, os campeões da prisonização. Têm dois milhões e meio de presos, uma coisa completamente doida, absurda. Passaram a Rússia que era a campeã histórica da prisonização. E mais da metade dos presos são afro-americanos. Está muito claro qual é o setor. Tentaram definir nesses trinta anos de política repressiva; tentaram conter a marginalização urbana pelo poder punitivo. Ao mesmo tempo, tentam conter os países subdesenvolvidos. Isso não é novo na história. O positivismo do século XIX fazia a mesma coisa. O criminoso nato de Lombroso era comparado com o selvagem, e o selvagem éramos nós, os colonizados. O próprio Lombroso falava claramente em “O homem delinquente”, que o criminoso nato tem características africanas ou asiáticas, ou seja, mais ou menos parecido com os índios, com os africanos, os colonizados, os selvagens.

Aplicam a mesma política e concebem também uma instituição que foi trazida da Colônia, que é a polícia. Não a polícia como a polícia norte-americana; não a polícia comunitária, mas a polícia de ocupação territorial. Nós, na América Latina, copiamos a Constituição dos Estados Unidos, mas não copiamos a polícia dos Estados Unidos; copiamos a

polícia dos Borbones da França, polícia de ocupação territorial, não a polícia comunitária – essa, não copiamos.

O que está acontecendo agora é a mesma coisa. Para controlar a nós, usam o poder punitivo. Isso tem uma vantagem para eles. Isso é favorecido imensamente por uma idolatria nova, que foi difundida desde os Estados Unidos para o mundo todo. É a idolatria do poder punitivo. Há alguns anos, antes da queda do muro, eu estava em um congresso na Áustria, já tinha ouvido o que tinha que ouvir na comissão da qual eu fazia parte e fui ouvir uma mesa em que estavam falando alguns americanos e soviéticos. Estavam falando sobre prevenção de criminalidade nuclear. Em determinado momento, eu estava perto de uma socióloga canadense e perguntei a ela: “Olha! Estou certo do que estou ouvindo ou estou ouvindo mal? Será que nenhum deles está pensando que se tivermos um crime nuclear não ficaria ninguém de nós para julgar qualquer um?” A criminóloga canadense era Ruth Morris, uma mulher extraordinária, simpática, expansiva – coitada, morreu de câncer; ela dialogava com o câncer, falava que o câncer se chamava Henry; era muito religiosa – e num certo momento falou: “Raúl, para eles o sistema penal é Deus; você não pensou que o sistema penal tem capacidade de resolver o crime nuclear, tem capacidade de resolver a droga, tem capacidade de salvar a Amazônia? É um deus, é um ídolo, um falso deus que tem fundamentalistas, integristas, fanáticos. Isso é fanatismo, não é de ouro como o ídolo da bíblia, é feito de um material muito menos nobre, e é até mal cheiroso por sinal.”

Esse é o problema, essa idolatria nova; tudo vai ser resolvido pelo sistema penal. É onipotente o sistema penal, é um deus. É uma nova divindade. Então, é verdade, temos uma idolatria, mas essa idolatria através de que é difundida? Através de que se espalha? Há alguns minutos, ouvia que a sociedade brasileira é conservadora, reacionária, fascista. É mentira! Existem alguns, mas não é a sociedade. A sociedade pensa do modo que é informada. A opinião pública é a opinião publicada; e não é pelos jornais, porque ninguém lê nada, é pela caixa idiota, pela televisão, é a imagem. Aqui tem a **Revista Veja**, tem a **Rede Globo**, e nós temos a nossa coisa também. Esse é o grande problema: a comunicação, a criação da realidade.

Se todo dia se diz que temos um inimigo e o inimigo é o garoto da favela, o adolescente da favela, nós vamos acreditar que temos um inimi-

go que é o garoto da favela. Sem dúvida. E vamos acreditar que o único inimigo e o único problema que temos é o adolescente da favela. E vamos acreditar que não temos mais nenhum outro problema. E se vemos alguém bebendo cerveja na esquina que se assemelha àquele adolescente da favela, achamos que ele é o criminoso. Acabamos acreditando nisso.

A luta de hoje é uma luta de comunicação, é uma luta de informação. Se não conseguirmos mudar a informação, democratizar a informação, pluralizar a informação, estaremos perdidos. Não é que uma sociedade seja conservadora, não é que uma sociedade seja suicida. Estamos agindo segundo uma criação de realidade e a criação da realidade se faz através da informação. Nós não vivemos todas as coisas. Temos alguma experiência direta de alguma coisa, mas eu não vivo o que está acontecendo na Síria, não vivo o que está acontecendo na Europa. Só sei porque sou informado, mas essa informação é criação de realidade. É uma janela, mas não é exatamente uma janela: é uma janela em que cada um escolhe o que vai mostrar e como vai mostrar. Com todas as armadilhas da informação, sabem como mostrar. E a televisão tem a grande vantagem de mostrar a imagem. Mostrando a imagem, eu acredito que tenho o filme. Mas não tenho o filme. Estão me mostrando um pedacinho do filme, o que eles escolheram para mostrar. Não sei como se chama aqui, mas no meu país se chama “filme continuado”. Você estava chegando e o filme já tinha começado: não tenho condições de ver como começa o filme ou como acaba o filme; eles é que estão escolhendo.

A luta deve ser feita fundamentalmente no âmbito da comunicação. Nesse âmbito, temos que destruir uma criação da realidade para nos aproximarmos mais da realidade. Por enquanto, o maior problema da droga continua a ser a proibição. Muito obrigado.

Delegado Orlando Zaconne:

Estamos chegando ao final do 1º Seminário da LEAP BRASIL. Antes de passar a palavra ao Des. Sergio Verani que, como Diretor-Geral da Escola da Magistratura, deve, com certeza, encerrar esse nosso primeiro encontro, eu gostaria de fazer alguns agradecimentos rápidos, mas importantes, dentro do espírito que nos norteou nesse primeiro seminário.

Quero agradecer a presença de todos os policiais civis e militares que estiveram aqui, não só nos trabalhos nas mesas, mas também na plateia.

Aviso à plateia que para se filiar à LEAP não é necessário ser um agente da lei. Temos colaboradores, que são filiados, que não são operadores do sistema penal, mas contribuem muito. Hoje, quero agradecer especialmente ao Lucas Sada e à Cecília Oliveira. O Lucas é um jovem advogado e a Cecília jornalista. Ambos contribuíram muito para o que aconteceu aqui hoje.

Não poderia deixar de agradecer à nossa Presidenta Maria Lucia Karam. Foi através do seu esforço, em 2009, quando você trouxe o Presidente da LEAP Internacional, Jack Cole – ele esteve falando aqui na Escola da Magistratura e no Instituto Carioca de Criminologia –, que tudo começou. De lá para cá, a gente tem tido encontros muito agradáveis com os policiais e a LEAP vem crescendo.

Eu gostaria ainda de cumprimentar os magistrados, inicialmente os Desembargadores: Siro Darlan, que já se retirou, mas esteve aqui o tempo todo – ele é membro da LEAP; Geraldo Prado, que esteve mais cedo; Muiños Piñeiro, que está presente; Dr. Antonio Carlos dos Santos Bittencourt; vários magistrados, como o Dr. Rubens Casara, que é membro da LEAP e esteve à mesa conosco; o Dr. Carlos Eduardo, da VEP; Dr. Marcos Peixoto, que estava aqui agora, mas teve que se retirar; Dr. André Nicolitt; Dr. João Batista Damasceno; o Dr. Alcides da Fonseca; e me perdoem se esqueci algum magistrado que esteja na plateia. Tenho de mudar o grau dos óculos...

Quero agradecer também o apoio da sociedade, especialmente ao Rodrigo Mac Niven, da TVA2, o diretor do filme **Cortina de fumaça** – filme muito importante para divulgação da luta pela legalização das drogas – e um agradecimento especial ao coletivo da Marcha da Maconha de Foz do Iguaçu. Eu vou falar para vocês, é muita disposição. São cinco guerrilheiros, eu falei da política como prolongamento da guerra, então ali é a seção guerrilha.

Agradecer novamente à Professora Vera Malaguti Batista, ao Professor Eugenio Raúl Zaffaroni e vou passar a palavra então ao Des. Sergio Verani para encerrar os trabalhos do nosso seminário.

Muito obrigado! ❖

Desembargador Sérgio de Souza Verani - Encerramento:

Mais uma vez agradeço a presença de todos, principalmente da Maria Lucia Karam, da Vera Malaguti, Gilberta Acselrad. E ao professor Eugenio Raúl Zaffaroni, que é a nossa referência da luta contra essa produção falsa da verdade, contra essa informação falsificada.

Então, muito obrigado a todos e boa noite. ❖